



MINISTÉRIO DA DEFESA

Esplanada dos Ministérios, Anexo I ao Bloco O, 2º andar, sala 219, CEP: 70049-900

Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF

Telefone: (61) 2023-5422 - E-mail: nupreg@defesa.gov.br

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2023

PROCESSO Nº 60041.000870/2022-48

Chamada Pública para a escolha da proposta mais vantajosa para Aquisição de Gêneros Alimentícios (gêneros secos e produtos de origem animal) de agricultores familiares e demais organizações beneficiárias que se enquadrem nas disposições da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, com fulcro no art. 4º da Resolução GGALIMENTA nº 3/2022, por meio da modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos, regulamentado no art. 3, inciso V do Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023, visando atender as necessidades do Ministério da Defesa (MD), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Torna-se público, para conhecimento dos interessados que a **UNIÃO**, por intermédio do **Ministério da Defesa (MD) / Departamento de Administração Interna (DEADI)**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Anexo I do Bloco “O”, sala 219, 2º andar, Plano Piloto, Brasília-DF, CEP 70049-900, CNPJ nº 03.277.610/0001-25, neste ato representada pelo Diretor do Departamento de Administração Interna da SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL, o Sr. **Gen Bda GUILHERME LOURO BRAGA**, designado pela Portaria nº 284 da Presidência da República/Casa Civil, de 30/03/2022 (publicada no DOU nº 62, de 31/03/2022, Seção 2, Página 2), delegação de competência advinda da Portaria nº 130/SEORI/SG-MD, de 10/01/2022 (publicada no DOU nº 8, Seção 1, de 12/01/2022) e Portaria nº 2.766/SEORI/SG-MD, de 18/08/2020 (publicada no Boletim Interno nº 34, de 21/08/2020), CPF nº XXX.601.898-XX, portador da Carteira de Identidade Militar nº XXX.453.583-X EB/MD, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto na Lei 14.133/2021, no Art. 4 da Lei 14.628/2023 e na Resolução GGALIMENTA nº 03/2022, através da Comissão de Contratação, vem realizar a Chamada Pública nº 01/2023, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para aquisição de alimentos de agricultores familiares e demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei nº 11.326/2006, por meio da Modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos, com dispensa de licitação, durante o período de 12 (doze) meses. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e Proposta de Venda até o dia **18/12/2023**, às 9 horas, na Coordenação de Licitação e Contratos (COLIC) do Ministério da Defesa, Esplanada dos Ministérios, Anexo I, do Bloco “O”, sala 219, Plano Piloto, Brasília-DF.

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente Chamada Pública é **aquisição de Gêneros Alimentícios** (gêneros secos e produtos de origem animal) de agricultores familiares e demais organizações beneficiárias que se enquadrem nas disposições da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, com fulcro no art. 4º da Resolução GGALIMENTA nº 3/2022, por meio da modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos, conforme especificações abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UND	QTD	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL	
					UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
1	Banha Suína	17302	POTE 900g	104	R\$ 24,74	R\$ 2.572,96
2	Açúcar Tipo Cristal	463988	Pacote 2 KG	1250	R\$ 8,28	R\$ 10.350,00
3	Açúcar Tipo Refinado	463994	Pacote 1 KG	1000	R\$ 4,83	R\$ 4.830,00
4	Feijão Preto	472894	Saco 1 Kg	104	R\$ 7,63	R\$ 793,52
5	Feijão Cariquinha	464553	Saco 1 Kg	52	R\$ 9,15	R\$ 475,80
6	Feijão Branco	464559	Saco 500 g	52	R\$ 8,42	R\$ 437,84
7	Arroz Branco; Tipo: Longo Fino; Subclasse: Polido	458904	Saco 5 Kg	52	R\$ 26,61	1.383,72
8	Arroz Agulhinha Integral	458906	Saco 1 Kg	104	R\$ 8,10	R\$ 842,40
9	Macarrão Parafuso	458980	Saco 500 g	52	R\$ 4,84	R\$ 251,68
10	Macarrão Talharim	458961	Pacote 500 g	52	R\$ 7,44	R\$ 386,88
11	Macarrão Espaguete	458955	Pacote 500 g	104	R\$ 4,94	R\$ 513,76
12	Farinha de Trigo	460263	Pacote 500 g	156	R\$ 6,59	R\$ 1.028,04
13	Azeite de Oliva Extra Virgem	478822	Garrafa 50 ml	364	R\$ 28,90	R\$ 10.519,60
CUSTO TOTAL GERAL (R\$)						R\$ 34.386,20

2. FONTE DE RECURSOS

2.1. Recursos provenientes da dotação orçamentária de 2023: Órgão/Unidade 52101 - Ministério da Defesa; Programas de Trabalho do MD 05.331.2108.2012.0053 (Administração da Unidade) e Natureza de Despesa: 33.90.30 – Material de Consumo.

3. PREÇO

3.1. A definição dos preços observou o art. 5º da Resolução GGALIMENTA nº 03, publicada no DOU de 20 de junho de 2022, o qual houve a combinar dos incisos dessa legislação, adotando-se o critério de “CESTA DE PREÇOS ACEITÁVEIS”, para a estimativa de preços visando subsidiar o valor de referência, por meio de fontes diferenciadas de pesquisas as quais sejam capazes de representar o mercado, com base nos parâmetros estabelecidos pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, adotando-se ainda o critério de julgamento de “MENOR PREÇO POR ITEM”, e que a definição de valor do item é o "PREÇO MÁXIMO ACEITÁVEL", passível de redução a partir da recepção de proposta dos interessados.

4. HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE VENDA

4.1. Os beneficiários fornecedores ou as organizações fornecedoras deverão apresentar em Envelope os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

I - os Beneficiários Fornecedores:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- b) extrato da DAP Física ou CAF do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;
- c) proposta de venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar e/ou empreendedor familiar rural com assinatura do agricultor participante;
- d) declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada na proposta de venda; e
- e) prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.

II - as Organizações Formais Fornecedoras:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) extrato da DAP Jurídica ou CAF para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;
- c) prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- d) cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;
- e) proposta de venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar assinada pelo seu representante legal;
- f) declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados;
- g) declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados; e
- h) prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.

III- Demais grupos fornecedores:

- a) número do Cadastro de Pessoa Física – CPF
- b) extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;
- c) proposta de venda de produtos da agricultura familiar com assinatura de todos os agricultores participantes;
- d) prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso; e
- e) declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria dos agricultores participantes da proposta.

5. CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. Para efeito de classificação das Propostas de Venda apresentadas, depois de assegurada a habilitação das entidades proponentes, será considerada, para produtos na qualidade exigida, o seu preço final de venda, prevalecendo o menor valor.

5.2. Em caso de empate, as Propostas de Venda serão classificadas observando a seguinte ordem:

I. grupo de projetos de fornecedores locais;

II. grupo de projetos estaduais;

III. grupo de projetos regionais; e

IV. grupo de propostas do País.

5.3. Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

a) devem ser consideradas organizações fornecedoras de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo 50%+1 (cinquenta por cento mais um) dos cooperados/associados das organizações produtivas pertencente a algum dos grupos citados,

conforme identificação na(s) DAP(s) ou CAF(s);

b) no caso de empate entre organizações fornecedoras de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados.

c) para fins do disposto neste parágrafo, é possível realizar a soma da porcentagem de cada grupo específico (assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas) em uma DAP Jurídica ou no CAF, para fins de alcance do percentual de 50%+1 e consequente aquisição da prioridade legal em seleção de projetos de venda em processos de chamada pública.

II - os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831/2003, o Decreto nº 6.323/2007 e devido cadastros no MAPA;

III - As organizações/grupos fornecedores sobre os fornecedores individuais, e estes sobre Cooperativas Centrais da Agricultura Familiar (detentoras de DAP jurídica ou CAF conforme Portarias do MAPA que regulamentam a DAP);

a) no caso de empate entre organizações fornecedoras têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/cooperados, conforme DAP jurídica ou CAF;

b) em caso de persistência de empate, deve ser realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, pode-se optar pela divisão no fornecimentos dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

Quando a proposta melhor classificada não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade das demais propostas necessárias para alcançar o total estimado, respeitando o critério de priorização.

6. DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS

Não será exigida amostra dos produtos.

7. LOCAL E PERIODICIDADE DE ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1. Os alimentos adquiridos deverão ser entregues, no seguinte endereço; Edifício da Administração Central do Ministério da Defesa - Esplanada dos Ministérios - Bloco "Q" - Subsolo – Brasília - DF – COSER / Seção de Gestão Alimentar (SEGAL), - Portão de acesso pela Via N2 - CEP 70052-900, conforme especificado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

7.2. As entregas deverão ser realizadas de segunda a sexta-feira, nos horários de 09:00 às 11:00 ou 14:00 às 16:30, sendo as peculiaridades da entrega acertadas com a Sgto Juliana na SEGAL.

7.2.1. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior ao previsto no item 5.3.1. do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, juntamente com as quantidades de requisições máxima/mínima por demanda/remessa, de acordo com os itens 5.3.2.1 e 5.3.2.2. contidas no citado Termo de Referência.

8. PAGAMENTO

8.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a última entrega do mês, por meio de Ordem Bancária (OB), mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A presente Chamada Pública poderá ser obtida junto à Comissão de Contratação, no Núcleo de Pregão (NUPREG), sala 219, Esplanada dos Ministérios, Anexo I ao Bloco "O", das 10h às 12h e das 14h às 17h, de segunda a sexta-feira, ou através do e-mail nupreg@defesa.gov.br, ou através do sítio

www.defesa.gov.br, e do Portal de Compras da Agricultura Familiar do Ministério da Agricultura.

9.2. Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação de alimentos, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

9.3. Os alimentos adquiridos devem ser de produção própria dos beneficiários e organizações fornecedores, observando que os produtos in natura, processados, beneficiados ou industrializados, resultantes das atividades dos agricultores familiares, das suas organizações e dos demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 2006, são considerados de produção própria destes fornecedores.

9.4. Os beneficiários e organizações fornecedoras podem contratar serviços de terceiros, em uma ou diversas etapas do processo produtivo, para o fornecimento de produtos beneficiados, processados ou industrializados, sendo necessária a apresentação do contrato ou instrumento congênere.

9.5. Os valores a serem pagos aos beneficiários e organizações fornecedores correspondem aos preços de aquisição de cada produto, compatíveis com os vigentes no mercado e discriminados nesta chamada pública.

9.6. O limite individual de venda do Agricultor Familiar deverá respeitar o valor máximo de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), por Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP por ano civil, por órgão comprador.

9.7. O limite de venda por organização fornecedora deverá respeitar o valor máximo de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) por DAP Pessoa Jurídica, por ano civil, por órgão comprador.

10. DOS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

10.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

10.1.1. Anexo I do Edital – Termo de Referência (6712449);

10.1.1.1. Apêndice I ao Termo de Referência - Estudo Técnico Preliminar (6712390);

10.1.1.2. Apêndice II ao Termo de Referência - Histórico de Consumo (6248508);

10.1.1.3. Apêndice III ao Termo de Referência - Modelo de Proposta de Venda (6248508);

10.1.1.4. Apêndice IV ao Termo de Referência - Modelo de Declaração de Produção Própria do Agricultor Familiar para Organizações Fornecedoras (6248508);

10.1.1.5. Apêndice V ao Termo de Referência - Modelo de Declaração de Produção Própria do Agricultor Familiar para Beneficiários Fornecedoras (6248508);

10.1.1.6. Apêndice VI ao Termo de Referência - Modelo de Declaração de Responsabilidade pelo Controle do Limite Individual de Venda (6248508); e

10.1.2. Anexo II do Edital – Termo de Contrato.

Gen Bda GUILHERME LOURO BRAGA
Diretor

ANEXO II AO EDITAL



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO
(CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR)**

A **UNIÃO**, por intermédio do **Ministério da Defesa (MD) / Departamento de Administração Interna (DEADI)**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Anexo I do Bloco “O”, sala 219, 2º andar, Plano Piloto, Brasília-DF, CEP 70049-900, CNPJ nº 03.277.610/0001-25, neste ato representado pelo Diretor do Departamento de Administração Interna da SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL, o Senhor _____, nomeado pela Portaria nº _____, de ____/____/____ (publicada no DOU nº __, Seção ____ de ____/____/____), delegação de competência advinda da Portaria nº 130/SEORI/SG-MD, de 10/01/2022 (publicada no DOU nº 8, de 12/01/2022, Seção 1, Página 9) e Portaria nº 2.766/SEORI/SG-MD, de 18/08/2020, CPF nº _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, doravante denominado **CONTRATANTE**, e por outro lado _____ (nome do grupo formal) com sede à _____, nº _____, em _____/UF, inscrita no CNPJ sob nº _____, doravante denominado **CONTRATADO**, fundamentados nas disposições da Lei nº 14.133, de 01 de Abril de 2021, da Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, da Resolução do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimento nº 3/2022, no art. 4º, do Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023 e tendo em vista o que consta na **Chamada Pública nº 01/2023**, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. O objeto do presente instrumento é a Aquisição de Gêneros Alimentícios (gêneros secos e produtos de origem animal) de agricultores familiares e demais organizações beneficiárias que se enquadrem nas disposições da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, com fulcro no art. 4º da Resolução GGALIMENTA nº 3/2022, por meio da modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos, regulamentado no art. 3, inciso V do Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023, visando atender as necessidades do Ministério da Defesa (MD), de acordo com o Edital da Chamada Pública nº 01/2023, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. O **CONTRATADO** se compromete a fornecer os alimentos da Agricultura Familiar ao **CONTRATANTE** conforme descrito na Proposta de Venda de Alimentos da Agricultura Familiar, parte integrante deste Instrumento.

Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR
1				
2				
3				
...				

3. CLÁUSULA TERCEIRA

3.1. O limite individual de venda de alimentos da Agricultura Familiar é de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP ou CAF, por ano civil, por órgão comprador, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa de Alimentos Brasil - modalidade Compra Institucional.

3.2. O limite de venda da organização fornecedora por órgão comprador deverá respeitar o valor máximo de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), por Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou CAF Pessoa Jurídica, ou R\$ 3.000.000,00 para propostas apresentadas por demais grupos fornecedores, por ano civil, respeitados os limites por unidade familiar.

4. CLÁUSULA QUARTA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

4.1.1. Órgão/Unidade: 52101 - Ministério da Defesa;

4.1.2. Programas de Trabalho do MD: 05.122.2108.2000.0001 (Administração da Unidade); e

4.1.3. Natureza de Despesa: 33.90.30 (Material de Consumo).

5. CLÁUSULA QUINTA

5.1. O início da entrega dos alimentos será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pela área demandante, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até __, de 20__.

5.2. A entrega de alimentos deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a Chamada Pública nº 01/2023.

5.3. O recebimento dos alimentos dar-se-á mediante apresentação das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela entrega daqueles, no local previamente ajustado.

6. CLÁUSULA SEXTA

6.1. Pelo fornecimento dos alimentos, nos quantitativos descritos na Proposta de Venda de Alimentos da Agricultura Familiar, o CONTRATADO receberá o valor total de R\$ _____.().

7. CLÁUSULA SÉTIMA

7.1. No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA

8.1. O preço contratado poderá ser reajustado, desde que justificado.

9. CLÁUSULA NONA

9.1. O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos no item 5.3 da cláusula quinta, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

9.2. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

10. CLÁUSULA DÉCIMA

10.1. São obrigações do Contratante:

- a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital de Chamada Pública;
- b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada;
- e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital; e
- f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.2. São obrigações da Contratada:

- a) a Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda;
- b) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações contidas no item 1.1 do Termo de Referência, e também prazo e local, constantes no item 5 do Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- c) substituir, às suas expensas, em prazo de dias, a contar da sua notificação, o objeto com vícios ou defeitos;
- d) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- e) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação; e
- f) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) cometer fraude fiscal; e
- f) não manter a proposta.

11.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b) multa moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco) dias úteis;
- c) multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d) em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- e) suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade Contratante, pelo prazo de até dois anos;
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

- g). tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- h) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
- i) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade..

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12.1. O CONTRATADO deverá guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes da Proposta de Venda de Alimentos da Agricultura Familiar, as quais ficarão à disposição para comprovação.

12.2. O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos as Notas Fiscais de Compra apresentadas nas prestações de contas, bem como a Proposta de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, as quais ficarão à disposição para comprovação.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13.1. É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização efetuada pelo CONTRATANTE.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14.1. A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do órgão ou entidade responsável pela compra.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15.1. O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública nº 01/2023, pela Resolução do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimento nº 3/2022, pela Lei 14.628, de 20 de julho de 2023, em

todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16.1. Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei n.º 14.133, de 2021, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

17.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

17.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 14.133, de 2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18.1. O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até ____ de ____ de 20__.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA

19.1. É competente o Foro da Comarca de Brasília/DF para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Brasília-DF, ____ de _____ de 20__.

CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1.

2.

3.

4.

0.1.



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Louro Braga, Diretor(a)**, em 23/11/2023, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), o código verificador **6710606** e o código CRC **BA9C3EDC**.

Referência: Processo nº 60041.000870/2022-48

SEI nº 6710606